



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO PARA DEBATER E BUSCAR SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS ENFRENTADOS E VIVENCIADOS POR MARIANA EM VIRTUDE DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM, REVER E DEBATER OS ATOS PRATICADOS PELA FUNDAÇÃO RENOVA, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE (22-11-2017).

No dia vinte e dois de novembro, na Câmara Municipal de Mariana, às quatorze horas e vinte e seis minutos, a Câmara Municipal de Mariana (vereadores Deyvson Ribeiro, Adimar José Cota, Antônio Marcos Ramos de Freitas, Fernando Sampaio de Castro, Bruno Mól Crivellari, Cristiano Silva Vilas Boas, Daniely Cristina Souza Alves, Gerson Teixeira da Cunha, Edson Agostinho de Castro, Juliano Vasconcelos Gonçalves, Ronaldo Alves Bento, Marcelo Monteiro Macedo, Geraldo Sales de Souza) se reuniu com o Procurador de Justiça Adjunto Institucional, Rômulo de Carvalho Ferraz; o Deputado Tiago Cota; os **representantes do Executivo**: o Prefeito Municipal, Duarte Eustáquio Júnior; o Vice-prefeito, Newton Godoy; o Secretário de Saúde, Danilo Brito; , o Secretário de Meio Ambiente, Rodrigo Carneiro; Procuradora Municipal, Inez Nezolda; os **representantes da AMPLA** (Associação das Empresas Prestadoras de Serviços e Locadoras de Equipamentos da Cidade de Mariana): o Presidente da AMPLA, Sr. Dário Jorge Pereira; Geraldo Gonçalves, Presidente da ACIAM; os **representantes da Fundação Renova**: o **Diretor da Fundação Renova**, Marcelo Figueiredo, José Ricardo, Relações Institucionais; Wiliam Sarayeddin, Gerente de Engajamento; Diretora de Desenvolvimento Institucional, Andrea Azevedo; os representantes da Samarco: Carlos Antônio Amorim, Gerente da Samarco, e empresários marianenses, para debater e buscar soluções para os problemas enfrentados e vivenciados por Mariana em virtude do rompimento da barragem de Fundão e neste aspecto rever e debater os atos praticados pela Fundação Renova em especial no que se refere ao processo de contratação de mão de obra e empresas locais. A reunião foi presidida pelo Procurador Rômulo que saudou todos e fez um breve balanço do que tem ocorrido desde o rompimento da barragem, a atuação do Ministério Público Estadual (MPE) e Federal (MPF). Em 2016, foi criado o TTAC sem a participação direta dos atingidos, do ministério público estadual e federal e até mesmo de outros segmentos interessados. Após assinatura do termo foi ingressada uma ação civil pública pelo MPF no valor indenizatório de cento e cinquenta e cinco bilhões de reais. Em janeiro, foi assinado um documento no chamado eixo socioambiental, em que os MP's indicou duas grandes empresas de consultoria internacional incumbidas de levantar estudos periodicamente a ser analisados pelos ministérios públicos federal e estadual Desde fevereiro, há negociações com as empresas Vale, Samarco e BHP Billiton após reclamações dos atingidos e depois de muito diálogo com as instituições privadas e atingidos foi firmado um termo de compromisso em que essas empresas contratarão a Fundação Getúlio Vargas e Fundo Brasil Direitos Humanos de São Paulo que com assessoria técnica junto com os atingidos de toda a bacia farão um trabalho que vai redundar num prazo curto a médio prazo na indenização rápida de um volume de pessoas. Adiante, o procurador disse que está em tramitação na Assembleia Legislativa um projeto de iniciativa popular com mais de cento e cinquenta assinaturas para recuperação ambiental, repensando a exploração mineral. O procurador comentou o andamento do licenciamento para a volta da operação da Samarco e que o MP tem tomado cuidado para que a empresa volte a operar na região com uma nova metodologia, com inovações tecnológicas. O procurador informou que no dia 24 deste mês, no Conselho de Política Ambiental (COPAM),



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

descontos ou aumento nos preços, e se não há possibilidade de contratação que se abra para outras regiões. O vice-prefeito pediu à Renova que ações sejam mais rápidas e a curto prazo. A vereadora Daniely perguntou à Renova quais critérios e benefícios que o empresariado local tem e como os empresários, numa crise local, vão concorrer de forma igualitária e justa com empresas de fora. Com a palavra, Sra. Andrea disse que a Renova deseja fazer o melhor para Mariana, são diversas frentes, muitas vezes não tem como cumprir no tempo. A quantidade de compras e empresas de Mariana nas contratações da Renova aumentou, Mariana é uma das cidades que tem condições de colaborar, de participar, de ser competitiva. Sobre o compliance, é preciso realmente seguir, mas que também não seja difícil de cumprir e caso haja algum abuso, o empresário possa avisar. A Renova realmente precisa divulgar mais suas ações, qual seu papel, e se colocou à disposição para apresentar o que a Fundação tem feito. Ainda, ressaltou que a Fundação não tem bandeira política, ela não foge ao diálogo, às vezes não se consegue responder a tempo, mas que se coloca para qualquer esclarecimento. No contrato, a empresa tem obrigação de colocar 70% de mão de obra local, o pagamento à empresa é condicionado a essa questão. Sra. Andrea disse que estimula muito as empresas a comprarem em Mariana e pede para as empresas disporem as vagas no SINE local. Em relação à ouvidoria, são trinta e nove impactados, há programas exclusivos para Mariana, há cinquenta e cinco milhões para incentivar as empresas da cidade. E disse que levará para ser discutido na Fundação uma forma de parte da ouvidoria ser instalada aqui. Sra. Andrea disse que poderia pensar uma forma de prevê no contrato o emplacamento dos carros aqui em Mariana também. Em relação aos critérios que beneficiam o empresariado local, Sra. Andrea disse que a maior quantidade de compra é feita em Mariana, o pagamento às empresas é feito em quinze dias, numa concorrência são feitas várias rodadas pedindo para que os empresários locais diminuam o preço para ganharem a licitação. Com a palavra, Marcelo Figueiredo, representante da Renova, disse que há uma política desenhada pela Renova e colocada em prática em agosto, a participação local nas licitações está girando em 48 a 50 % que precisa melhorar. Sr. Marcelo disse que está sendo conversado com bancos para investimentos e fundos para capital de giro, além de projetos de capacitações de profissionais. O conjunto de ideias e iniciativas são uma forma de promover mudanças e acrescentou que a Fundação está empenhada em avançar. Com a palavra, o procurador Rômulo disse que tem plena consciência da importância do retorno da Samarco, mas tem algumas questões que precisam ser ajustadas e aprimoradas. É preciso analisar o que está causando os entraves e dificultando a cidade de Mariana e propor readequações no TTAC para atender melhor. No caso da contratação de mão de obra e empresa local, o Procurador propôs a formação de um grupo de trabalho com a coordenação do Ministério Público que em um prazo de trinta dias possa apresentar até dia vinte de dezembro uma solução final, um documento, que seja assinado, passando a vigorar um TAC até ser homologado o novo TTAC, que esse grupo de trabalho tenha representante da AMPLA, da ACIAM, Fundação Renova, do Sindicato Metabase, um representante do Município e da Câmara Municipal, um representante da Câmara Técnica de Inovação e Tecnologia, Dr. Ricardo. O procurador marcou a reunião do grupo de trabalho para o dia trinta de novembro, às dez horas, na Procuradoria Geral de Justiça. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezessete horas e dezoito minutos. E para constar, lavrou-se a presente Ata que lida e aprovada por todos presentes será assinada.

DARIO JOSÉ PEREIRA JUNIOR, 







CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

aumento de demanda da cidade e que o executivo paralisará alguns programas essenciais como o Tempo Integral. O vereador disse que todos somos Samarco e acrescentou que fará uma moção de repúdio contra o prefeito de Santa Bárbara por não dar anuência para que a empresa opere. Com a palavra, o vereador Bruno disse que o assunto do retorno da Samarco e a contratação da empresa e mão de obra local é muito abordado na cidade. É lamentável o acidente de cinco de novembro, que sejam punidas as pessoas responsáveis e ao mesmo tempo o vereador defendeu o retorno da empresa Samarco, a qual é um patrimônio da cidade e importante para o desenvolvimento econômico. O vereador disse que contratar empresa e trabalhador local é uma obrigação da Renova e se ela fugir dessa responsabilidade que o município procure coibir essa atitude. Com a palavra, o vereador Deyvson cumprimentou a todos, em especial ao prefeito que tem uma tarefa árdua de representar a cidade no Comitê Interfederativo. O vereador desejou que a Renova priorize as empresas locais e acrescentou que o empresariado não sabe a forma de contratação da Fundação, ninguém sabe quem perdeu a licitação, qual a colocação, a empresa ganhadora. O vereador disse que os empresários investem na cidade e questionou a ausência de representantes da Vale e da BHP Biliton na reunião. Com a palavra, o vereador Edson afirmou que está decepcionado com a Renova e pediu atitudes contra a Fundação. Com a palavra, o vereador Adimar pediu mais transparências nas ações da Renova. Com a palavra, o empresário José Geraldo disse que a Renova trava as empresas locais através de compliance, por exemplo, e disse que não sabe que tipo de transparência a Fundação possui. O empresário disse que deveria abrir os preços, ninguém sabe quem ganha nas licitações e o porquê que a empresa de fora ganha. Com a palavra, Sra. Poliana Aparecida Freitas, representante do movimento Justiça Sim e Desemprego Não, disse que luta pela volta da Samarco e ressaltou que é preciso fornecer informações aos atingidos, os serviços públicos da cidade não irão suportar, as contratações locais é um fôlego para Mariana. Com a palavra, Maria das Graças dos Santos, disse que desde o rompimento da barragem, Mariana está sangrando, é preciso que todos se unam para lutar por Mariana, o povo precisa de emprego. Com a palavra, Graziela perguntou se existe alguma política para que empresas de fora comprem materiais do comércio local como por exemplo, EPI's, material de obras, uniformes. Com a palavra, o jornalista Luís Loureiro, Rádio Real, quis saber o posicionamento do prefeito e do procurador sobre o projeto de lei sobre a priorização das empresas locais aprovado na Câmara Municipal e perguntou à Fundação porque a ouvidoria da Renova não se encontra na cidade mais atingida pela tragédia. O vereador Wander da cidade de Ouro Preto disse que o distrito de Antônio Pereira foi muito atingido e perguntou à Renova se Ouro Preto está contemplado nas políticas da Renova. Com a palavra, o prefeito Duarte disse que o projeto de lei do vereador Marcelo é interessante pois propõe priorização da mão de obra e empresa local e acrescentou que a Renova não tem obedecido as normas técnicas do TTAC, o qual prevê que primeiro deve licitar nas empresas locais da cidade atingida. O prefeito disse que questionou a Renova, a qual tem alegado que os preços das empresas locais estão mais altos, assinalando que a Fundação não tem convidado todas as empresas para participarem das licitações. Em relação à colocação do Wander, o prefeito informou que o Comitê Interfederativo aprovou a entrada de Ouro Preto no TTAC em relação à queda de arrecadação, à busca de novas receitas, o TTAC ainda depende da homologação por parte da justiça. Com a palavra, o vice-prefeito disse que nas contratações, deveria ser 70% no valor de contrato e de contratação de pessoas locais para ficar mais justo e também para efeito de balizamento nas planilhas das concorrências, poderia-se elaborar uma planilha base ao mercado municipal para que eles deem



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

certas atitudes da Renova. O deputado leu um protocolo de seu ofício enviado à Renova que ainda não foi respondido. O ofício solicita os cargos completos da Renova, quantos funcionários de Mariana existem no seu quadro, quais empresas locais estão prestando serviço, quais obras executadas e valores gastos em Barra Longa. O deputado disse que Mariana possui profissionais capacitados para ocupar os cargos da Fundação. Com a palavra, o presidente da AMPLA, Dario agradeceu à Casa e disse estar representando trabalhadores e empresários de Mariana. O presidente comentou sobre o TTAC que nem sempre é cumprido e para seu cumprimento foi criada a associação, a qual tem lutado pelo resguardo de seus direitos, busca reparação de danos e recuperação das empresas. Mas de dois anos após tragédia, é fato que mais de 50% das empresas perderam no seu faturamento e houve muitas demissões no quadro de funcionários. A Associação procura soluções para sanar os problemas enfrentados pelo empresariado. Sr. Dario comentou o importante projeto aprovado pela Casa o Projeto de Lei que dispõe sobre a priorização de empresas e mão de obra local, de autoria do vereador Marcelo Macedo. Com a palavra, Geraldo Gonçalves, presidente da ACIAM, disse que na área de compensação, a Renova deveria contratar as empresas locais, o que melhorará a economia da cidade, essa é uma compensação rápida e eficiente. A cobrança é que as compras e contratações da Renova sejam feitas na cidade, porém a fundação alega que há algumas normas, regras para cumprir e isso tem dificultado e cansando as empresas. O vereador Antônio Marcos comentou que 70% de contratação da Renova é feita com pessoas de fora e perguntou ao Procurador Rômulo se é possível que o empresariado tenha esperança com esse novo TTAC. A vereadora Daniely ressaltou que já foram feitas várias reuniões na Câmara e que a maioria das pessoas à frente da Renova são de fora. A Fundação mesmo sendo de caráter privado mexe com dinheiro que é de interesse público. A vereadora pediu para que esteja no setor gestão de suprimentos uma pessoa marianense que conhece a realidade da cidade e lamentou a fala da gerente de suprimentos, Débora, quando disse em uma das reuniões que os melhores profissionais estavam nos grandes centros. O vereador Juliano disse que desde as primeiras reuniões a Renova reconhece as falhas, mas não toma atitude e que a empresa contratada para fornecer quarenta camionetes é de fora, os caminhões pipas são de uma empresa de Lafayette, muitos profissionais da Renova não são de Mariana, o município teve um aumento de demanda em seus serviços públicos desde o rompimento da barragem. O vereador perguntou ao procurador Rômulo se é possível que o marianense possa ter esperança de serem contratados. O vereador Cristiano comentou casos de contratações de fora ao invés de privilegiar os trabalhadores locais e reclamou que em cada reunião com a Renova os representantes são diferentes. Com a palavra, o vereador Gerson pediu para que os projetos de lei dos vereadores Marcelo e de Ronaldo sejam realmente colocados em prática, o que se observa é que pouco tem sido feito pela Renova para reparar os impactos causados devido à tragédia. O vereador Ronaldo disse que a Renova deixa muitas lacunas nas discussões e comentou que a Samarço demitirá seiscentos funcionários a partir de novembro agora. A Fundação tem ludibriado a população e os representantes do município, é preciso defender os direitos das empresas, pois o que está acontecendo é a retirada deles. Em Mariana, 25 % da população está desempregada. O vereador disse que nas licitações a Renova tem contratado empresas com carta já marcada. O vereador Marcelo sugeriu elaborar um TAC municipal, pois o foco principal é a cidade de Mariana, a Fundação Renova tem que ter um olhar diferenciado. O vereador afirmou que as cláusulas do TTAC, 134-136, e nota técnica 19 abordam a priorização de contratação local, porém não são obedecidas pela Renova. Com a palavra, o vereador Geraldo registrou a queda da arrecadação e



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

será dado o início do processo de licenciamento para retomada da Samarco. Outra questão levantada é que o Ministério Público pretende elaborar um novo TTAC, promovendo mudanças com participação da sociedade civil no que diz respeito à governança da Renova, na composição dos conselhos, das câmaras temáticas. É de consenso das empresas, dos MP's e de outros envolvidos que o termo em vigor possui problemas. Em seguida, o procurador disse que já foi levada ao MP o apelo de várias cidades que desejam a priorização da mão de obra e da empresa local. O procurador disse que a proposta do novo TTAC será colocar um parâmetro para possibilitar essa priorização. Com a palavra, o presidente da Câmara, Fernando Sampaio, cumprimentou a todos e colocou a Casa à disposição. Com a palavra, o prefeito Duarte cumprimentou a todos e acrescentou que a intenção é tentar deixar de forma mais clara o reconhecimento que o empresariado local vai ter. O empresariado tem tido dificuldade de prestar serviço para Fundação Renova, as oportunidades estão muito aquém. A Renova já foi chamada algumas vezes na Câmara, já houve muitas discussões no Comitê Interfederativo. O TTAC foi elaborado para reconhecer e facilitar a prestação de serviço por parte do empresariado, porém o termo não está sendo respeitado pela Renova. O presidente Fernando ressaltou que infelizmente muitas empresas que prestam serviço para a Renova são compostas por pessoas de fora, é preciso priorizar os trabalhadores e as empresas locais. Sra. Andrea Azevedo, representante da Renova, disse que a Fundação foi estruturada para recuperar todos os impactos da tragédia, ela já melhorou, mas precisa aprender e melhorar em muitas áreas. O funcionamento da Renova é regido pelo TTAC atual e que acolhe com atenção a proposta de um novo termo, e que a Fundação está do lado da sociedade em relação à sua priorização, a comunidade deve estar presente nas decisões. Sra. Andrea ressaltou que a Fundação possui controles e em uma das cláusulas do termo está em elaborar um programa de priorização: conhecer a região, saber que são os empreendedores locais, comprar de empresas que têm melhores preços (o dinheiro deve ser bem aplicado, são trinta e nove municípios atingidos) e que a Fundação aja com integridade (não ter corrupção, impessoalidade e não ter conflito de interesses). A Renova se coloca à disposição para qualquer ajuste necessário e que procura trabalhar de acordo com as normas do mercado como, por exemplo, a forma concorrencial. A política que o próprio TTAC traz é considerar todos os municípios impactados no momento de compras locais, a microrregião, a mesorregião e os estados. Em Mariana, 58% de participação local nas concorrenciais, 91% da participação local das concorrências. Mais das empresas estão participando, mas não significando que elas estão ganhando. Em relação às compras, 33% são realizadas em Mariana. Além disso, a Renova tem quebrado o escopo de uma grande compra, ou seja, dividindo em pequenas compras. Para o fornecedor local o pagamento é feito em quinze dias. Há programas de fomentos como o fundo de quarenta milhões para trabalhar com microempresários, há ainda outro fundo associado à consultoria técnica para empresas que tenham problemas no Serasa, por exemplo, de modo a melhorar na gestão da empresa, além dos projetos de capacitação profissional. A contratação de mão de obra local está em torno de 44 %, mas que ainda há o compromisso de melhorar. Com a palavra, Carlos Antônio, representante da Samarco, disse que a empresa aguarda duas licenças para que volte a operação e que esse processo de licenciamento está sendo acompanhado pelo Ministério Público. Com a palavra, o Deputado Tiago cumprimentou todos os presentes e acrescentou que os impactos sociais podem ser minimizados com a ajuda dos empresários, da AMPLA, da sociedade marianense. O deputado ressaltou que a Samarco nasceu em Mariana, trouxe benefícios para o desenvolvimento da cidade; e manifestou algumas insatisfações com